MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2014. Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral AEGON realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

No segundo semestre, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais.

Desempenho

No primeiro semestre, a Mongeral AEGON apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 27% em vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais.

Atingiu ainda, crescimento de 19% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 25% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que atingiram R$ 360 milhões e R$ 570 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

As Despesas Administrativas cresceram 17%, abaixo do crescimento das Receitas de Prêmios e Contribuições e significativamente abaixo do crescimento das vendas de coberturas de riscos. O crescimento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia.

O Resultado Financeiro voltou a apresentar o desempenho esperado, após a volatilidade observada em 2013 como consequência da elevação das taxas de juros daquele período.

O Resultado Operacional cresceu 25% relativamente a 2013. Caso seja observado antes de Despesas Administrativas, o Resultado Operacional cresceu 106%, o que evidencia a solidez dos negócios da companhia.

O Lucro Líquido de R$ 5,9 milhões, 740% acima do observado em 2013, está alinhado com os objetivos da Administração para o período.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o semestre em R$ 196,3 milhões.

O capital total segurado pela companhia alcançou R$ 133 bilhões.

Realizações e ampliação dos segmentos de atuação

No primeiro semestre, a Mongeral AEGON intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM). Neste mesmo segmento, venceu a licitação para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE.

Consolidou sua posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde quando foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Diversificou e ampliou a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online, e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais.

Ampliou e amadureceu o seu portfólio de produtos, pois além de manter mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, consolidou sua linha de produtos para público de alta renda, por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Em fevereiro de 2014, foi realizada a 1ª Convenção Anual de Lideranças da Mongeral AEGON, que teve como principal objetivo a reunião de 650 pessoas dentre os principais públicos de relacionamento - colaboradores, parceiros de negócios e corretores parceiros - para unificar o posicionamento e o propósito da companhia: ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade por seu futuro financeiro.

Tecnologia da Informação

No primeiro semestre, 85% do novo sistema integrado de negócios (Sistema eSIM) foi colocado em produção. O sistema que suportará todas as operações atuais e futuras da Mongeral AEGON continua recebendo investimentos de recursos humanos e financeiros para a sua finalização. A previsão da Administração é que 100% do sistema esteja em produção ao final de 2014.

Governança Corporativa

Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos recursos foram investidos durante todo o ano, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da AEGON.

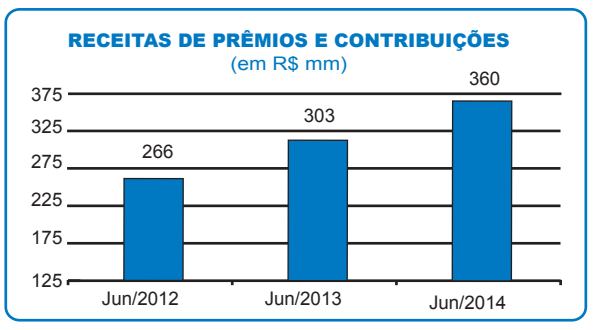
Declaração

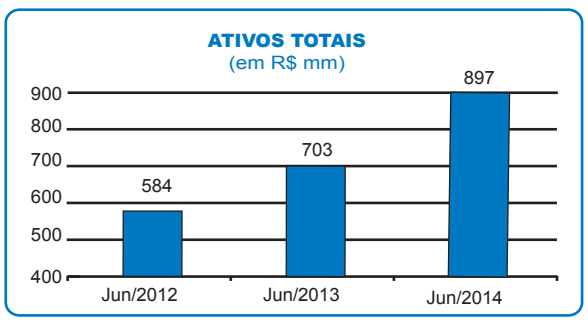
Em atendimento à Circular SUSEP n° 483 de 6 de janeiro de 2014, a Mongeral AEGON declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

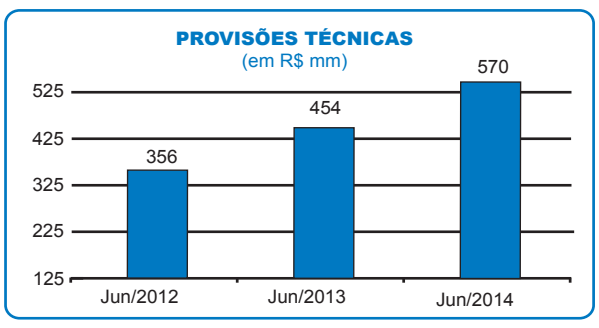
Agradecimentos

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração







BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Disponível		
Caixa e bancos	2.640	3.017
Aplicações (Nota 6)	358.947	310.026
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber (Nota 8)	12.984	11.540
Operações com seguradoras	973	654
Operações com resseguradoras (Nota 8)	21.705	14.770
Outros créditos operacionais	2.148	1.436
	37.810	28.400
Créditos das operações com previdência complementar		
Valores a receber (Nota 8)	20.730	17.766
Créditos de resseguros (Nota 8)	8.712	8.344
Operações com repasses	1.631	1.612
	31.073	27.722
Ativos de resseguro - provisões técnicas		
Seguros (Nota 14)	10.512	7.758
Previdência	5.147	4.303
	15.659	12.061
Títulos e créditos a receber		
Títulos e créditos a receber	1.502	1.248
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19)	7.667	5.577
Outros créditos		
Adiantamentos a funcionários	3.018	2.776
Adiantamentos administrativos	741	543
Outros	764	856
	13.692	11.000
Outros valores e bens		
Outros valores	892	647
Empréstimos e depósitos compulsórios	48	37
Despesas antecipadas (Nota 22)	5.649	7.289
Custos de aquisição diferidos		
Seguros (Nota 14)	14.952	14.460
Previdência (Nota 13)	5.112	4.869
	20.064	19.329
Ativo circulante	486.474	419.528
Ativo Não Circulante		
Realizável a longo prazo	313.209	280.335
Aplicações (Nota 6)	224.281	206.673
Ativos de resseguro - provisões técnicas		
Seguros (Nota 14)	2.834	2.388
Previdência	3.279	2.897
	6.113	5.285
Títulos e créditos a receber		
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19)	32.638	34.355
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	10.733	9.822
	43.371	44.177
Empréstimos e depósitos compulsórios	85	57
Custos de aquisição diferidos		
Seguros (Nota 14)	17.050	17.174
Previdência (Nota 13)	6.978	6.969
	24.028	24.143
Investimentos		
Participações societárias (Nota 22)	1.220	675
Imóveis destinados à renda (Nota 9)	16.855	16.855
	18.075	17.530
Imobilizado (Nota 10)		
Imóveis de uso próprio	9.040	8.819
Bens móveis	13.146	13.479
Outras imobilizações	3.324	2.845
	25.510	25.143
Intangível (Nota 11)		
Outros intangíveis	69.419	60.291
Ativo não circulante	410.883	383.299
Total do ativo	897.357	802.827

Passivo e patrimônio líquido	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Contas a pagar		
Obrigações a pagar (Nota 12)	15.972	20.455
Impostos e encargos sociais a recolher	7.682	8.045
Encargos trabalhistas	10.177	7.756
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	4.771	7.281
Impostos e contribuições	5.249	5.497
	43.851	49.034
Débitos de operações com seguros e resseguros		
Operações com seguradoras	196	922
Operações com resseguradoras	29.981	21.214
Corretores de seguros e resseguros	3.783	5.071
Outros débitos operacionais	1.780	1.443
	35.740	28.650
Débitos de operações com previdência complementar		
Operações de resseguros	11.985	7.527
Operações de repasses	2.231	1.800
Outros débitos operacionais	5.997	5.566
	20.213	14.893
Depósitos de terceiros		
Depósitos de terceiros	3.134	2.573
Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Danos	32.745	18.511
Pessoas	58.372	47.656
Vida individual	20.714	17.744
Vida com cobertura por sobrevivência	81.247	65.452
	193.078	149.363
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)		
Planos bloqueados	819	542
Planos não bloqueados	62.416	57.522
PGBL/PRGP	132	616
	63.367	58.680
Passivo circulante	359.383	303.193
Passivo não circulante		
Contas a pagar		
Obrigações a pagar (Nota 12)	1.062	638
Tributos diferidos (Nota 19)	643	672
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.373	3.291
	4.078	4.601
Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Danos	15.089	15.856
Pessoas	20.410	20.238
Vida individual	29.274	26.558
Vida com cobertura por sobrevivência	38.354	33.192
	103.127	95.844
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)		
Planos bloqueados	151	152
Planos não bloqueados	130.136	121.381
PGBL/PRGP	101.940	84.255
	232.227	205.788
Outros débitos		
Provisões judiciais (Nota 17)	2.229	2.693
Passivo não circulante	341.661	308.926
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	60.188	60.188
Aumento de capital em aprovação	29.000	29.000
Reservas de capital	35.815	35.815
Reserva de reavaliação	2.169	2.212
Reservas de lucros	65.213	65.213
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.241)	(1.720)
Lucros acumulados	5.169	-
	196.313	190.708
Total do passivo e patrimônio líquido	897.357	802.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos	199.385	158.789
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	142.372	129.758
Variação das provisões técnicas	(18.320)	(7.982)
Prêmios ganhos	323.437	280.565
Sinistros ocorridos (Nota 20)	(117.184)	(107.559)
Custos de aquisição (Nota 20)	(51.436)	(40.130)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20)	(1.551)	(688)
Resultado com operações de resseguro (Nota 20)	(5.112)	(3.887)
	(175.283)	(152.264)
Rendas de contribuições e prêmios	18.170	14.782
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(15.544)	(12.494)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	2.627	2.288
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	928	788
Variação de outras provisões técnicas	(4.020)	(3.176)
Custos de aquisição (Nota 20)	(30.023)	(26.771)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20)	1.430	2.054
	(31.685)	(27.105)
Despesas administrativas (Nota 20)	(96.691)	(82.556)
Despesas com tributos (Nota 20)	(10.700)	(9.322)
Resultado financeiro (Nota 20)	5.687	100
Resultado patrimonial (Nota 20)	(396)	(3.445)
	(102.100)	(95.223)
Resultado operacional	16.995	8.261
Ganhos com ativos não correntes	(24)	(62)
Resultado antes dos impostos e participações	16.970	8.199
Imposto de renda (Nota 19)	(2.578)	(1.099)
Contribuição social (Nota 19)	(1.580)	(696)
Participação sobre o resultado	(6.946)	(5.706)
Lucro líquido do semestre	5.867	698
Quantidade de ações	18.983.822	15.895.432
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	0,31	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Lucro líquido do semestre	5.867	698
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Realização reserva de reavaliação	(43)	(43)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	798	(453)
Imposto de renda e contribuição social sobre		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(319)	181
Resultado abrangente do semestre	6.303	383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	5.867	698
Ajustes para		
Depreciações	1.670	1.196
Resultado de equivalência patrimonial	(545)	(81)
Amortizações	1.772	1.231
Amortizações da carteira da Icatu	-	1.632
IR e CS corrente diferido	4.158	1.795
Participação sobre lucro	6.946	5.706
Perda por redução de valor recuperável de ativos	(18)	(2.088)
Provisões judiciais	(464)	(390)
	19.386	9.698
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(67.009)	(36.708)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(12.742)	699
Ativos de resseguros	(4.426)	(5.787)
Créditos fiscais e previdenciários	(373)	9.812
Depósitos judiciais e fiscais	(911)	593
Despesas antecipadas	1.640	206
Custo de aquisição diferidos	(620)	(3.256)
Outros ativos	(887)	(667)
Fornecedores	(8.367)	(9.766)
Impostos e contribuições	(4.797)	(12.019)
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros	12.410	1.146
Depósitos de terceiros	560	(2.188)
Provisões técnicas	82.125	61.370
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.989	13.135
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.037)	(4.663)
Aquisição de intangível	(10.900)	(9.095)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(12.937)	(13.758)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos	3.707	5.502
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(7.136)	(2.433)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	(3.429)	3.069
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	(377)	2.446
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.017	758
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.640	3.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CONTINUAÇÃO

MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	60.188	-	35.815	2.297	44.194	(1.356)	-	141.138
Realização por depreciação	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(272)	-	(272)
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	-	698	698
Outros - Reversão dividendos propostos (Nota 18.c)	-	-	-	-	2.284	-	-	2.284
Saldos em 30 de junho de 2013	60.188	-	35.815	2.254	46.478	(1.628)	741	143.848
Saldos em 31 de dezembro de 2013	60.188	29.000	35.815	2.212	65.213	(1.720)	-	190.708
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	(741)	(741)
Realização por depreciação	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	479	-	479
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	-	5.867	5.867
Saldos em 30 de junho de 2014	60.188	29.000	35.815	2.169	65.213	(1.241)	5.169	196.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69.
Pela Portaria nº 3.248, de 20 de Maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.
A autorização para emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela administração da Companhia em 29 de agosto de 2014.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.
As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 483/2014 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").
A Circular nº 483, emitida em 6 de janeiro de 2014, dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014, revogando a Circular SUSEP nº 464/2013. As alterações introduzidas pela nova Circular não impactaram significativamente as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2014(saldos de abertura), bem como do semestre findo em 30 de junho de 2014, consequentemente as referidas informações financeiras comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
A Companhia levou em consideração as orientações constantes no CPC 21 - Demonstração Intermediária, quando da elaboração dos períodos comparativos.
Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.
A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 4).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC 38:

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.
Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".
Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.
Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos;

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.
As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

(d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.
A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

(e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281, de 30 de janeiro de 2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

(i) Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas.
A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.

• Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(ii) Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

• Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.
As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data base de cálculo.

• Provisão de resgates ou outros valores a regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

• Provisão de excedentes financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.
As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

(f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices.
As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.
Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxilio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

(h) Imóveis destinados à renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006. A partir de 1º de janeiro de 2011, o respectivo valor justo é determinado anualmente somente para fins de divulgação.

(i) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem a escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.
A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(ii) Imobilizado

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

(j) Intangível

O intangível refere-se: (a) a gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de vinte anos; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteiras de Produtos de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A e aditado em 20 de março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Ágio na Transferência de Carteira", no valor de R$ 15.668. O saldo foi amortizado pelo método linear em 48 meses, sendo finalizado em maio de 2013.
As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de dez anos.
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:
• É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
• A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
• O software pode ser vendido ou usado.
• Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
• O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

(k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidencias objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidencia objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.
A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.
Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.
Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.
Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

(n) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.
Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.
Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.
As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.
As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".
As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Perda provável	92% do valor em risco
Perda possível	52% do valor em risco
Perda remota	3% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.
Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.
Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do período como receita financeira.

(p) Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

CONTINUAÇÃO

Dessa forma, deverão ser avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos as ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.
O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.
A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.
Os testes de adequação de passivos de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 indicaram que as provisões constituídas nestas datas base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

(q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.
Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.
Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto na CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.
A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.
As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.
As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.
As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre (“VGBL”) são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.
Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

(s) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.
O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2014 e 2013 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
No processo de aplicação das práticas contábeis, a administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.
No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.
A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.
O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.
Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.
Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

(b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 30 de junho de 2014 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(g) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

(a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.
A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas e Hannover Rueckvericherung Ag.
A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.
Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha “Vida Toda” temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.
Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.
Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras.
Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.
Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

	30 de junho de 2014			30 de junho de 2013		
Ramo	Prêmio Emitido Líquido	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmio Emitido Líquido	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes pessoais coletivos	21.189	19,07%	20,19%	16.514	20,01%	20,59%
Acidentes pessoais individuais	6.126	21,47%	20,19%	5.312	33,33%	20,59%
Auxilio funeral	4.554	27,28%	20,19%	4.046	30,29%	20,59%
Doenças graves ou doença terminal	841	7,31%	20,19%	498	16,55%	20,59%
DPVAT	23.963	71,56%	1,42%	20.634	87,67%	1,45%
Perda de certificado de habilitação de voo	991	130,19%	20,19%	931	44,66%	20,59%
Dotal misto	12.292	(5,48%)	20,19%	7.530	(1,06%)	20,59%
Prestamista	13.504	33,58%	20,19%	8.803	38,23%	20,59%
Prestamista – Habitacional	287	14,18%	20,19%	410	(4,43%)	20,59%
Renda de eventos aleatórios	32.166	29,68%	20,19%	23.520	35,57%	20,59%
Seguro de vida produtor rural	1.985	15,58%	20,19%	-	-	-
Vida em grupo	23.641	52,62%	20,19%	21.919	61,88%	20,59%
Vida individual	57.846	20,69%	20,19%	48.672	18,69%	20,59%
	199.385			158.789		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.
Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que num médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta seguradora em seus produtos.
A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.
Testes de sensibilidade
A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 483/2014.
A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.
A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que utilizamos atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.
O impacto da sinistralidade em 30 de junho de 2014 foi testado através do aumento e da redução de 3,40% e 6,60 %, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Seguros

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 3,40%	(1.162)	(19,81)	(0,59)
Sinistralidade	Redução de 3,40%	(1.162)	19,81	0,59

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 3,40%	(1.162)	(19,81)	(0,59)
Sinistralidade	Redução de 3,40%	(1.162)	19,81	0,59

Previdência

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 6,60%	(2.926)	(49,87)	(1,49)
Sinistralidade	Redução de 6,60%	(2.926)	49,87	1,49

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 6,60%	(2.926)	(49,87)	(1,49)
Sinistralidade	Redução de 6,60%	(2.926)	49,87	1,49

Foi testada pela administração a sensibilidade desta possível provisão à redução e ao aumento de 20% de taxa de juros, como também 50% em persistência e 20% de mortalidade e sobrevivência. O resultado não impactou no passivo, logo também não influenciou o resultado e o patrimônio líquido deste semestre.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*).
• *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos*
Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde é priorizado os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.
O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.
A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.
A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Títulos privados	Emissor	Rating	Agência	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
CDB	Banco ABC Brasil	AA(bra)	Fitch	2.766	2.502
Debênture	AES Tiete	A(bra)	Fitch	826	712
Debênture	Autovias	Aa1.br	Moody's	1.536	1.542
CDB	Banco BBM	Aa2.br	Moody's	3.129	3.496
DPGE	BICBANCO	A+ (bra)	Fitch	4.977	2.748
DPGE	Banco BMG S.A.	BBB+(bra)	Fitch	1.397	1.324
Debênture	BNDESPAR	Aaa.br	Moody's	1.982	3.565
Letra Financeira	Banco BRADESCO S.A.	AAA(bra)	Fitch	3.879	6.163
DPGE	Banco Regional de Brasília	AA-(bra)	Fitch	2.772	-
Letra Financeira	Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	Fitch	4.620	1.930
Debênture	Cemig S.A.	AA(bra)	Fitch	1.018	1.038
Debênture	Cemig GT	AA(bra)	Fitch	2.902	1.717
CDB	Caixa Geral de Depósitos	A+ (bra)	Fitch	211	201
Debênture	Comgás	Aa1.br	Moody's	2.631	2.590
CDB	Banco Daycoval S.A.	AA(bra)	Fitch	3.039	1.241
Debênture	Ecorrodovias	br.AAA	S&P	1.919	1.226
DPGE	Banco Fibra S.A.	BBB+(bra)	Fitch	1.048	-
Letra Financeira	HSBC Bank Brasil S.A.	BBB-	S&P	3.640	2.002
CDB	Industrial	A(bra)	Fitch	3.562	4.513
DPGE	Banco Indusval S.A.	BBB (bra)	Fitch	3.107	303
Debênture	Intervias	Aa1.br	Moody's	1.393	-
Letra Financeira	Itaú	AAA(bra)	Fitch	465	-
Debênture	Light S.A.	AA(bra)	Fitch	1.006	1.023
Debênture	MRS Logística S.A.	br.AA+	S&P	964	1.041
Debênture	Oi S.A.	AA	Fitch	4.252	2.867
CDB	Paraná	A+ (bra)	Fitch	227	201
Debênture	Petrobrás S.A.	AAA(bra)	Fitch	108	287
CDB	Banco PINE	AA-(bra)	Fitch	3.206	2.027
Debênture	Renner	br.AA+	S&P	1.698	1.735
Debênture	Rodonorte	AA+(bra)	Fitch	2.121	2.163
Debênture	SABESP	AA(bra)	Fitch	1.133	562
Letra Financeira	Banco SAFRA S.A.	AAA (bra)	Fitch	4.785	573
Letra Financeira	Banco Santander S.A.	AAA (bra)	Fitch	6.172	6.057
Debênture	Telefônica	br.AAA	S&P	1.790	665
Debênture	Trans Aliança	AA(bra)	Fitch	1.437	603
Recibo de Depósito Bancário	UNICRED	A-(bra)	Fitch	10.012	10.522
				91.730	**69.139**

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.
Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.
A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.
As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa. Para efeitos de demonstração do risco de liquidez da Companhia excluímos os valores referentes ao DPVAT.

Seguros

	30 de junho de 2014		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.205	-	1.205
Aplicações	116.008	102.405	218.413
Créditos das operações com seguros e resseguros	37.810	-	37.810
Ativos de resseguros - provisões técnicas	10.512	2.835	13.347
Títulos e créditos a receber	6.252	19.803	26.054
Despesa antecipada	2.579	-	2.579
Custo de aquisição diferidos	14.952	17.050	32.002
Outros valores	407	-	407
Total ativo	189.724	142.093	331.817
Passivo			
Contas a pagar	20.022	1.862	21.884
Provisões técnicas - seguros	160.333	88.038	248.371
Débitos das operações com seguros	35.740	-	35.740
Depósitos de terceiros	1.593	-	1.593
Total passivo	217.688	89.900	307.588

Previdência

	30 de junho de 2014		
	até 1 ano	Acima de1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.435	-	1.435
Aplicações	195.054	121.876	316.930
Créditos das operações com previdência complementar	31.073	-	31.073
Ativos de resseguros - provisões técnicas	5.147	3.278	8.425
Títulos e créditos a receber	7.440	23.569	31.009
Despesa antecipada	3.070	-	3.070
Custo de aquisição diferidos	5.112	6.978	12.090
Outros valores	485	-	485
Total ativo	248.816	155.700	404.516
Passivo			
Contas a pagar	23.829	2.216	26.045
Provisões técnicas - previdência	63.367	232.227	295.594
Débitos das operações com previdência	20.213	-	20.213
Depósitos de terceiros	1.211	-	1.211
Total passivo	108.620	234.443	343.063

CONTINUAÇÃO

Seguros

	31 de dezembro de 2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.338	-	1.338
Aplicações	122.272	91.677	213.949
Créditos das operações com seguros e resseguros	28.400	-	28.400
Ativos de resseguros - provisões técnicas	7.759	2.387	10.146
Títulos e créditos a receber	4.880	19.596	24.476
Despesa antecipada	3.233	-	3.233
Custo de aquisição diferidos	14.460	17.174	31.634
Outros ativos	287	-	287
Total ativo	182.629	130.834	313.463
Passivo			
Provisões técnicas - seguros	130.852	79.988	210.840
Contas a pagar	21.751	2.040	23.791
Débitos das operações com seguros	28.650	-	28.650
Depósitos de terceiros	1.543	-	1.543
Total passivo	182.796	82.028	264.824

Previdência

	31 de dezembro de 2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.679	-	1.679
Aplicações	153.372	114.996	268.368
Créditos das operações com seguros e resseguros	27.722	-	27.722
Ativos de resseguros - provisões técnicas	4.302	2.898	7.200
Títulos e créditos a receber	6.121	24.580	30.701
Despesa antecipada	4.056	-	4.056
Custo de aquisição diferidos	4.869	6.970	11.839
Outros ativos	360	-	360
Total ativo	202.481	149.444	351.925

	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivo			
Contas a pagar	27.283	2.560	29.843
Provisões técnicas - previdência	58.680	205.788	264.468
Débitos das operações com seguros	14.893	-	14.893
Depósitos de terceiros	1.030	-	1.030
Total passivo	101.886	208.348	310.234

6. Ativos financeiros

(a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30 de junho de 2014							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	329.387	-	25.342	-	-	-	354.729	354.729
Recibo de depósitos bancários	-	-	10.012	-	-	-	10.012	10.012
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	65.931	-	-	-	-	-	65.931	65.931
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – DPVAT	47.885	-	-	-	-	-	47.885	47.885
Quotas de fundos de investimentos multimercado	23.156	-	-	-	-	-	23.156	23.156
Letras do tesouro nacional	-	-	12.825	-	-	-	12.825	12.825
Notas do tesouro nacional série B	-	-	2.505	-	-	-	2.505	2.505
Cotas de fundos de investimento	177.627	-	-	-	-	-	177.627	177.627
Operação compromissada	13.623	-	-	-	-	-	13.623	13.623
Outras aplicações	1.165	-	-	-	-	-	1.165	1.165
Títulos disponíveis para venda	4.218	-	-	-	-	-	4.218	4.218
Cotas de Fundos Imobiliário	1.996	-	-	-	-	-	1.996	1.996
Ações de companhias de capital aberto	2.222	-	-	-	-	-	2.222	2.222
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	9.857	24.857	189.567	224.281	248.627
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.857	-	-	9.857	9.857
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	-	-	23.282	89.161	112.443	111.346
Notas do Tesouro Nacional serie C	-	-	-	-	1.575	100.406	101.981	114.612
Total geral	333.605	-	25.342	9.857	24.857	189.567	583.228	591.078

	31 de dezembro de 2013							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	207.637	3.286	13.243	2.945	23.724	16.381	267.216	267.216
Títulos de renda fixa - privados								
Certificados de depósitos bancários	-	930	-	-	-	-	930	930
Recibo de depósitos bancários	-	511	10.011	-	-	-	10.522	10.522
Debêntures	-	-	-	-	-	686	686	686
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	43.169	-	-	-	-	-	43.169	43.169
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	34.382	-	-	-	-	-	34.382	34.382
Quotas de fundos de investimentos multimercado	15.374	-	-	-	-	-	15.374	15.374
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	4.880	100	4.980	4.980
Letras do tesouro nacional	-	-	-	597	6.791		7.387	7.387
Notas do tesouro nacional série B	-	-	1.949	727	1.966	9.620	14.262	14.262
Notas do tesouro nacional serie C	-	-	-	-	9.433	-	9.433	9.433
Quotas de fundos de investimento	110.428	-	-	-	-	-	110.428	110.428
Operação compromissada	-	1.625	-	-	-	5.119	6.744	6.744
Outros	4.197	220	1.283	1.621	655	856	8.832	8.832
Outras aplicações	87	-	-	-	-	-	87	87
Títulos disponíveis para venda	1.424	-	-	-	-	-	1.424	1.424
Ações de companhias de capital aberto	1.424	-	-	-	-	-	1.424	1.424
Títulos mantidos até o vencimento	-	19.994	21.392	12.440	11.839	182.394	248.059	256.749
Letras do Tesouro Nacional	-	19.994	19.442	11.955	-	-	51.391	51.298
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	1.950	485	10.296	83.957	96.688	95.217
Notas do Tesouro Nacional serie C	-	-	-	-	1.543	98.437	99.980	110.234
Total geral	209.061	23.280	34.635	15.385	35.563	198.775	516.699	525.389

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa.

Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Em 30 de junho de 2014 a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI).

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

					Valor total			
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	Objetivo
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2016	5	R$ 100		401	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2017	203	R$ 100	-	14.341	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2021	145	R$ 100	-	6.152	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2021	120	R$ 100	5.730	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2023	30	R$ 100	1.131	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2025	30	R$ 100	891	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	01/07/2015	20	R$ 100	2.708	-	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito Interfinanceiro	01/07/2016	40	R$ 100	1.802	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2017	96	R$ 100	3.220	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2018	40	R$ 100	7.297	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2017	45	R$ 100	3.420	-	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito Interfinanceiro	04/01/2021	3	R$ 100	143	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2016	3	R$ 100	256	-	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito Interfinanceiro	01/07/2016	2	R$ 100	161	-	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2016	2	R$ 100	170	-	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de *stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

(c) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	28.953	325.776	354.729	46.746	220.470	267.216
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	930	930
Recibo de depósitos bancários	-	10.012	10.012	-	10.522	10.522
Debêntures	-	-	-	-	686	686
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – DPVAT	-	47.885	47.885	-	34.382	34.382
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	65.931	65.931	-	43.169	43.169
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	23.156	23.156	-	15.374	15.374
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	4.980	-	4.980
Letras do tesouro nacional	12.825	-	12.825	7.387	-	7.387
Notas do tesouro nacional série – B	2.505	-	2.505	14.262	-	14.262
Notas do tesouro nacional série - C	-	-	-	9.433	-	9.433
Quotas de fundos de investimento	-	177.627	177.627	-	110.428	110.428
Outros	-	-	-	3.940	4.892	8.832
Operação compromissada	13.623	-	13.623	6.744	-	6.744
Outras aplicações	-	1.165	1.165	-	87	87

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos disponíveis para venda	2.222	1.996	4.218	1.424	-	1.424
Ações de companhias de capital aberto	2.222	-	2.222	1.424	-	1.424
Quotas de Fundos Imobiliários	-	1.996	1.996	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	224.281	-	224.281	248.059	-	248.059
Fundos especialmente constituídos	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	9.857	-	9.857	51.391	-	51.391
Notas do Tesouro Nacional série B	112.443	-	112.443	96.688	-	96.688
Notas do Tesouro Nacional série C	101.981	-	101.981	99.980	-	99.980
	255.456	327.772	583.228	296.229	220.470	516.699

(d) Movimentação das aplicações financeiras

A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados - Quotas de Fundos de Investimento Fixo e Variável				Outras Aplicações		Total	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo Inicial	**13.570**	21.440	**503.054**	377.850	**75**	291	**516.699**	399.581
Aplicações	**38.704**	25.140	**208.704**	622.865	**2.859**	3.659	**250.267**	651.664
Resgates	**(39.717)**	(33.365)	**(169.990)**	(526.529)	**(2.602)**	(3.876)	**(212.309)**	(563.770)
Rendimentos	**506**	355	**28.062**	28.868	**3**	1	**28.571**	29.224
Saldo Final	**13.063**	**13.570**	**569.830**	**503.054**	**335**	**75**	**583.228**	**516.699**

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006 e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 226 de 6 de dezembro de 2010, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisões técnicas - seguros e previdência	591.799	509.675
Exclusões		
Provisões técnicas – resseguros	(21.772)	(17.346)
Direitos creditórios	(21.055)	(19.697)
Provisões técnicas – PGBL e VGBL	(177.893)	(145.378)
DPVAT	(47.873)	(34.368)
Outras	(3.838)	(2.934)
Total das exclusões	(272.431)	(219.723)
Provisões técnicas para cobertura	319.368	289.951
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	68.433	58.493
Quotas de fundos especialmente constituídos	268.635	264.747
Imóveis	6.915	6.739
Recibo de depósitos bancários	10.012	10.011
Debêntures	-	686
Cotas de Fundos Imobiliário	1.996	-
Ações de companhias de capital aberto	2.222	1.424
	358.213	342.100
Suficiência	38.845	52.149

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

8. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

Composição dos créditos das Operações com seguros	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Prêmios a receber de segurados - emitidos	14.514	12.322
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro	258	1.409
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	1.005	830
Total	15.777	14.561
Redução ao valor recuperável		
Prêmios a receber de segurados	(2.793)	(3.021)
Total	12.984	11.540

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	6.885	5.316
De 1 a 30 dias	6.883	5.316
De 31 a 60 dias	2	-
De 61 a 365 dias	-	-
Vencidos	7.629	7.006
De 1 a 30 dias	4.238	3.473
De 31 a 60 dias	1.529	1.224
De 61 a 365 dias	1.862	2.013
Superior a 365 dias	-	296
Prêmios pendentes no final do período/exercício	14.514	12.322

A movimentação no período da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

	30 de junho de 2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.021)
Constituições	(3.947)
Valores revertidos ou baixados	4.175
Saldo em 30 de junho de 2014	(2.793)

	31 de dezembro de 2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.819)
Constituições	(5.639)
Valores revertidos ou baixados	7.437
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.021)

(b) Valores a receber previdência complementar

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Composição dos créditos das operações com previdência complementar		
Valores a receber	24.424	21.213
(-) Redução ao valor recuperável	(3.694)	(3.447)
Total	20.730	17.766

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Aging de valores a receber		
A vencer	18.130	15.718
De 1 a 30 dias	17.794	15.389
De 31 a 60 dias	334	327
De 61 a 90 dias	2	2
Vencidos	6.294	5.495
De 1 a 30 dias	1.608	1.190
De 31 a 60 dias	1.868	1.647
De 61 a 365 dias	2.818	2.657
Superior a 365 dias	-	1
Prêmios pendentes no final do período/exercício	24.424	21.213

A movimentação no período da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

	30 de junho de 2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.447)
Constituições	(4.634)
Valores revertidos ou baixados	4.387
Saldo em 30 de junho de 2014	(3.694)

	31 de dezembro de 2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(3.406)
Constituições	(8.614)
Valores revertidos ou baixados	8.573
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.447)

(c) Operações com resseguradoras

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Seguros		
Comissão	6.151	4.081
Custos	809	576
Pro Labore	(78)	2.202
Sinistros	14.824	7.910
Operações com resseguradoras	21.705	14.770
Previdência		
Comissão	283	352
Pro Labore	4.259	4.833
Sinistros	4.170	3.158
Créditos de resseguros	8.712	8.344

9. Imóveis destinados à renda

Em 30 de junho de 2014, o imóvel da Companhia destinado à renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.591	264	16.855	23.381

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 23.381.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2013	Aquisições	Depreciações	30 de junho de 2014
Terreno para uso próprio	-	777	-	-	777
Edificações	4%	8.042	448	(226)	8.263
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	7.599	402	(925)	7.078
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.880	511	(322)	6.068
Outras imobilizações	10%	2.845	676	(197)	3.324
Total		25.143	2.037	(1.670)	25.510

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2012	Aquisições	Depreciações	31 de dezembro de 2013
Terreno para uso próprio		777	-	-	777
Edificações	4%	7.355	1.102	(415)	8.042
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	3.404	5.516	(1.321)	7.599
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.751	1.875	(746)	5.880
Outras imobilizações	10%	2.154	990	(299)	2.845
Total		18.441	9.483	(2.781)	25.143

11. Intangível

	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortizações	30 de junho de 2014
Desenvolvimento de software	60.240	10.900	(1.772)	69.368
Marcas e patentes	51	-	-	51
Total	60.291	10.900	(1.772)	69.419

	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2013
Ágio (1)	1.632	-	(1.632)	-
Desenvolvimento de software (2)	44.267	18.320	(2.347)	60.240
Marcas e patentes	51	-	-	51
Total	45.950	18.320	(3.979)	60.291

CONTINUAÇÃO

(1) Refere-se a ágio na aquisição de carteira conforme descrito na nota 3.j., que vem sendo amortizado pelo prazo estimado de permanência dos segurados na carteira, atualmente 48 meses, sendo totalmente amortizado em maio de 2013.
(2) Em maio de 2012 os módulos de Empréstimos, Cosseguro e Resseguro, Sinistros e Vida em Grupo do novo sistema entraram em funcionamento e assim tiveram sua amortização iniciada a partir do referido mês, sendo efetuada pela vida útil estimada de 20 anos.

12. Obrigações a pagar

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Curto prazo		
Fornecedores	4.581	3.416
Participação nos lucros a pagar	6.311	11.640
Outras obrigações a pagar	5.080	5.399
Total	15.972	20.455

13. Passivos de contratos de seguros e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no semestre findo em 30 de junho de 2014

Circulante	31 de dezembro de 2013	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2014
Provisão de benefícios a regularizar	23.387	309.683	(313.565)	5.952	25.456
Provisão de prêmios não ganhos	12.451	2.918	(1.233)	-	14.136
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	17.582	1.733	(223)	-	19.091
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.138	8.239	(9.006)	79	3.450
Provisão de despesas administrativas	1.122	450	(340)	-	1.233
Outras provisões	-	-	-	-	-
Total	58.680	323.022	(324.366)	6.031	63.367

Não circulante	31 de dezembro de 2013	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2014
Provisão matemática de benefícios concedidos	78.005	83.644	(83.932)	6.939	84.656
Provisão matemática de benefícios a conceder	127.728	54.212	(34.422)	-	147.518
Provisão de insuficiência de contribuição	-	-	-	-	-
Provisão de excedente financeiro	48	4	(6)	-	46
Provisão de riscos não expirados	-	-	-	-	-
Outras provisões	6	-	-	-	6
Total	205.788	137.861	(118.360)	6.939	232.227

Circulante	31 de dezembro de 2012	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2013
Provisão de benefícios a regularizar	21.407	573.049	(579.673)	8.603	23.387
Provisão de riscos não expirados	-	-	-	-	-
Provião de prêmios não ganhos	-	14.132	(1.681)	-	12.451
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	15.581	3.258	(1.258)	-	17.582
Provisão de resgates ou valores a regularizar	5.938	16.287	(18.166)	79	4.138
Provisão de despesas administrativas	659	977	(514)	-	1.122
Outras provisões	773	803	(1.576)	-	-
Total	44.358	608.507	(602.867)	8.681	58.680

Não circulante	31 de dezembro de 2012	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2013
Provisão matemática de benefícios concedidos	71.169	133.973	(127.137)	-	78.005
Provisão matemática de benefícios a conceder	88.713	101.941	(62.926)	-	127.728
Provisão de insuficiência de contribuição	5.588	12	(5.599)	-	-
Provisão de excedente financeiro	73	5	(30)	-	48
Provisão de riscos não expirados	7.759	5.547	(13.306)	-	-
Outras provisões	6	5.563	(5.563)	-	6
Total	173.308	247.041	(214.561)	-	205.788

(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do período	11.838	10.207
Constituições	3.034	10.861
Apropriações	(2.782)	(9.230)
Saldo no final do período	**12.090**	**11.838**
Circulante	5.112	4.869
Não Circulante	6.978	6.969

14. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - seguros

(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	2.129	924	37	35	2.092	889
Sinistros a liquidar	6.668	5.050	1.108	612	5.560	4.438
Sinistros ocorridos e não avisados	4.672	4.042	620	477	4.052	3.565
Provisão de despesas relacionadas	49	33	-	-	49	33
	13.518	10.049	1.765	1.124	11.753	8.925
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	2.975	2.659	89	85	2.886	2.574
Sinistros a liquidar	12.280	9.864	107	10	12.173	9.854
Sinistros ocorridos e não avisados	5.010	4.537	665	535	4.345	4.002
Provisão de despesas relacionadas	119	92	-	-	119	92
	20.384	17.152	861	630	19.523	16.522
DPVAT						
Sinistros a liquidar	19.696	18.768	-	-	19.696	18.768
Sinistros ocorridos e não avisados	27.600	15.446	-	-	27.600	15.446
Provisão de despesas relacionadas	578	153	-	-	578	153
	47.874	34.367	-	-	47.874	34.367
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	2.979	2.523	757	643	2.222	1.880
Sinistros a liquidar	5.000	3.809	2.369	1.834	2.631	1.975
Sinistros ocorridos e não avisados	6.327	5.093	840	601	5.487	4.492
Provisão de despesas relacionadas	92	73	-	-	92	73
	14.398	11.498	3.966	3.078	10.432	8.420
Perda certificado de habilitação de voo						
Provisões de prêmios não ganhos	66	61	11	11	55	50
Sinistros a liquidar	327	193	148	110	179	83
Sinistros ocorridos e não avisados	203	186	27	22	176	164
Provisão de despesas relacionadas	2	-	-	-	2	-
	598	440	186	143	412	297
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	484	441	57	51	427	390
Provisão de benefícios a regularizar	-	1.051	-	-	-	1.051
Sinistros a liquidar	3.265	2.066	690	711	2575	1.355
Sinistros ocorridos e não avisados	1.254	1.102	167	130	1.087	972
Provisão despesas relacionadas	14	-	-	-	14	-
Outras provisões	-	10	-	-	-	10
	5.017	4.670	914	892	4.103	3.778
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBL						
Provisão matemática de benefícios a conceder	75.657	61.123	-	-	75.657	61.123
Provisão de despesas relacionadas	14	11	-	-	14	11
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	136	-	-	-	136	-
Outras Provisões	-	1.761	-	-	-	1.761
	75.807	62.895	-	-	75.807	62.895
Vida individual						
Provisão de Riscos não expirados	-	2.766	-	250	-	2.516
Provisão de prêmios não ganhos	3.149	-	285	-	2.864	-
Sinistros ocorridos e não avisados	5.720	5.097	1.530	1.286	4.190	3.811
Provisão de benefícios a regularizar	-	7.131	-	2.438	-	4.693
Sinistros a liquidar	9.308	-	3.309	-	5.999	-
Provisão matemática de benefícios a conceder	26.608	23.981	-	-	26.608	23.981
Provisão de oscilação de riscos	-	-	-	-	-	-
Provisão de excedente financeiro	1.254	1.273	-	-	1.254	1.273
Provisão de despesas relacionadas	82	61	-	-	82	61
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	944	590	-	-	944	590
	47.065	40.899	5.124	3.974	41.941	36.925
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	19.406	20.065	2	-	19.404	20.065
Sinistros a liquidar	834	859	-	-	834	859
Sinistros ocorridos e não avisados	2.446	1.711	230	123	2.216	1.588
Provisão despesas relacionadas	19	10	-	-	19	10
	22.705	22.645	232	123	22.473	22.522
Dotal misto		-				
Sinistro a liquidar	414	-	45	-	369	-
Sinistros ocorridos e não avisados	102	76	26	19	76	57
Provisão matemática de benefícios a conceder	39.766	34.496	-	-	39.766	34.496
Provisão de benefícios a regularizar	-	76	-	-	-	76
Provisão para despesas relacionadas	15	11	-	-	15	11
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	5.283	3.500	-	-	5.283	3.500
Outras provisões	-	-	-	-	-	-
	45.580	38.159	71	19	45.509	38.140
Habitacional						
Provisões de prêmios não ganhos	-	-	-	-	-	-
Sinistros a liquidar	5	1	-	-	5	1
Sinistros ocorridos e não avisados	75	81	10	10	65	71
Provisão despesas relacionadas	1	1	-	-	1	1
	81	83	10	10	71	73
Auxilio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	991	824	-	-	991	824
Sinistros a liquidar	516	383	2	2	514	381
Provisão de benefícios a regularizar	-	1	-	-	-	1
Sinistros ocorridos e não avisados	1.086	913	144	108	942	805
Provisão de despesas relacionadas	22	-	-	-	22	-
Outras provisões	-	16	-	-	-	16
	2.615	2.137	146	110	24.469	2.027
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	74	45	9	8	65	37
Sinistros a liquidar	24	31	17	21	7	10
Sinistros ocorridos e não avisados	153	116	20	14	133	102
Provisão de despesas relacionadas	1	1	-	-	1	1
	252	193	46	43	206	150

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Prestamista Rural						
Provisões de prêmios não ganhos	60	20	-	-	60	20
Sinistros a liquidar	62	-	-	-	62	-
Sinistros ocorridos e não avisados	187	-	25	-	162	-
Provisão de despesas relacionadas	2	-	-	-	2	-
Outras provisões	-	-	-	-	-	-
	311	20	25	-	286	20
Total	296.205	245.207	13.346	10.146	282.859	235.061
Circulante	193.078	149.363	10.512	7.758	182.566	141.605
Não circulante	103.127	95.844	2.834	2.388	100.293	93.456

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no período

	31 de dezembro de 2013	Constituição	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2014
Provisão bruta					
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	27.562	2.482	(878)	-	29.166
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	472	538	-	-	1.010
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	41.025	56.158	(50.519)	875	47.539
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	38.399	16.436	-	-	54.835
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	119.599	15.229	(6.416)	13.619	142.031
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	2.766	645	(262)	-	3.149
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.273	33	(95)	43	1.254
BAR - Benefícios a Regularizar	8.260	46.538	(44.184)	245	10.859
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	5.851	2.646	(2.135)	-	6.362
	245.207	140.705	(104.489)	14.782	296.205

	31 de dezembro de 2012	Constituição	Reversões/ baixas	Encargos	30 de junho de 2013
Provisão bruta					
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	22.512	6.269	(2.600)	-	26.181
PDA - Provisão de Despesas Administrativas	498	143	(214)	-	427
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	32.424	47.106	(43.632)	426	36.324
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	32.254	8.284	-	-	40.538
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	85.485	13.865	(4.023)	3.950	99.277
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	1.624	1.059	-	-	2.683
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.305		(98)	42	1.249
PCP - Provisão Complementar de Prêmios	2.823	84	(2.907)	-	-
PIC - Provisão de Insuficiência de Contribuições	24	1	(25)	-	-
PCC - Provisão Complementar de Contribuição	256	29	(285)	-	-
BAR - Benefícios a Regularizar	7.233	16.673	(13.327)	141	10.720
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	7.054	919	(391)	-	7.582
	193.492	94.432	(67.502)	4.559	224.981

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no período

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do período	**31.634**	**25.926**
Constituições	7.674	21.337
Apropriações	(7.306)	(15.628)
Saldo no final do período	**32.002**	**31.634**
Circulante	14.951	14.460
Não Circulante	17.051	17.174

15. Desenvolvimento de eventos e sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:
• A 1º tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda mostra o desenvolvimento dos pagamentos.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm +jud) – Previdência

Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	51.538	52.612	68.192	73.966	86.579	42.296	-
Estimativa um ano após	53.316	53.643	67.492	72.104	86.391	-	-
Estimativa dois anos após	51.904	54.665	68.410	73.502	-	-	-
Estimativa três anos após	52.527	56.015	68.982	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	52.608	56.086	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	52.626	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	**52.626**	**56.086**	**68.982**	**73.502**	**86.391**	**42.296**	**379.882**

Triângulo de Pagamentos

Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	42.401	44.538	54.410	55.591	68.435	21.487	-
Estimativa um ano após	49.078	52.533	64.964	66.698	79.074	-	-
Estimativa dois anos após	49.816	53.351	65.199	66.900	-	-	-
Estimativa três anos após	50.349	53.500	65.326	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	50.373	53.500	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	50.384	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	**50.384**	**53.500**	**65.326**	**66.900**	**79.074**	**21.487**	**336.671**
Estimativa atual de suficiência	2.242	2.586	3.656	6.602	7.318	20.809	43.212
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	11.250

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. O IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010.
Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência dos sinistros demonstram que as provisões técnicas constituídas no balanço patrimonial encerrado ao final de cada exercício apresentam suficiência para a cobertura dos sinistros quando comparados a avaliações realizadas em anos posteriores, com exceção do exercício de 2009, quando ainda não havia IBNR judicial, e do exercício de 2010, quando a base de judicial ainda não estava totalmente constituída.
Mais de 70% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm +jud) - Seguros

Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	23.416	35.795	42.150	50.185	66.995	43.034	-
Estimativa um ano após	24.678	38.633	42.755	51.946	72.422	-	-
Estimativa dois anos após	24.798	38.949	44.217	51.494	-	-	-
Estimativa três anos após	24.949	39.358	44.215	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	25.045	39.467	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	25.057	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	**25.057**	**39.467**	**44.215**	**51.494**	**72.422**	**43.034**	**275.688**

Triângulo de Pagamentos

Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	18.099	28.272	31.279	36.475	49.223	16.351	-
Estimativa um ano após	23.392	36.118	40.237	47.545	63.361	-	-
Estimativa dois anos após	23.760	36.895	41.475	47.965	-	-	-
Estimativa três anos após	24.076	37.048	41.657	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	24.112	37.135	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	24.115	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	**24.115**	**37.135**	**41.657**	**47.965**	**63.361**	**16.351**	**230.584**
Estimativa atual de suficiência	943	2.332	2.558	3.529	9.061	26.682	45.104
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	4.152

Para os estudos referentes a Seguros também utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010.
Os resultados se mostram consistentes exceto para os exercícios de 2010, devido ao fim do cosseguro cedido, e 2011, pois, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros para os ramos de Seguros que antes pertenciam à Vida Individual. 85% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

16. Empréstimos e financiamentos

		30 de junho de 2014				31 de dezembro de 2013					
	Prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo Prazo	Total	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Taxa	Vencimento
Bradesco S.A.	36	2.827	947	981	1.928	2.647	851	1.330	2.181	1,14%	Até 06/2017
Itaú Unibanco S.A.	36	133	37		37	109	39	14	53	1,14%	Até 04/2015
Banco do Brasil S.A.		-	-	-	-	35	1	-	1	1,60%	Até 01/2014
Citibank S.A.	36	1.363	395	336	731	1.333	415	537	952	1,22%	Até 08/2016
IBM	36	1.343	269	208	477	1.338	431	278	709	1,18%	Até 10/2016
SG Finance	36	1.728	549	848	1.397	1.728	515	1.132	1.647	1,08%	Até 10/2016
Financiamento BNDES	24	9.601	2.574	-	2.574	6.000	5.029	-	5.029	0,80%	Até 12/2014
Total		16.995	4.771	2.373	7.144	13.190	7.281	3.291	10.572		

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

17. Provisões para contingências

(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Contingências fiscais

Probabilidade de perda	30 de junho de 2014 Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	31 de dezembro de 2013 Valor provisionado
Possível	53	14.334	-	-
Remoto	1	14	-	-
Total	54	14.348	-	-

Contingências trabalhistas

Probabilidade de perda	30 de junho de 2014 Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	31 de dezembro de 2013 Valor provisionado
Provável	6	257	257	270
Possível	41	2.374	-	-
Remota	2	34	-	-
Total	49	2.665	257	270

Contingências benefícios

Probabilidade de perda	30 de junho de 2014 Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	31 de dezembro de 2013 Valor provisionado
Provável	126	13.539	12.456	11.101
Possível	511	36.908	19.190	17.620
Remota	99	7.008	210	632
Total	736	57.455	31.856	29.353

Contingências cíveis

Probabilidade de perda	30 de junho de 2014 Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	31 de dezembro de 2013 Valor provisionado
Provável	74	1.972	1.972	2.423
Possível	303	15.428	-	-
Remota	74	2.287	-	-
Total	444	19.687	1.972	2.423

CONTINUAÇÃO

(b) Movimentação das provisões judiciais

	30 de junho de 2014				
	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do semestre	-	270	29.353	2.423	32.046
Constituições/reestimativas	-	-	3.357	295	3.652
Liquidações	-	(13)	(2.227)	(814)	(3.054)
Atualizações	-	-	1.373	68	564
No final do semestre	-	257	31.856	1.972	34.085

	31 de dezembro de 2013				
	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do exercício	481	278	25.324	2.496	28.578
Constituições/reestimativas	-	13	7.678	151	7.612
Liquidações	(481)	(37)	(4.734)	(268)	(5.074)
Atualizações	-	16	1.085	44	869
No final do exercício	-	270	29.353	2.423	31.985

(c) Depósitos judiciais

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Sinistros	6.918	4.970
Tributos	1.673	1.742
Trabalhistas	567	484
Cíveis e administrativos	1.575	2.626
	10.733	**9.822**

(d) Descrição resumida das principais ações

Fiscais
Existem 54 processos de natureza fiscal, com probabilidades de perda "possível" e "remota". Com relação à COFINS, são duas as ações em curso, todas com probabilidade "possível", com valor total de R$ 1.713, com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a março de 2004, nas quais a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Há, ainda, duas demandas em curso relativas ao PIS, com probabilidade "possível", no valor total de R$ 1.287, com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a março de 2004, nas quais a Seguradora pleiteia o direito de não recolher o tributo, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R$ 5.216 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Há depósitos judiciais no montante de R$ 1.673 (2013 – R$ 1.742).

Cíveis
Existem 419 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral AEGON para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R$ 1.972 (R$ 2.423 em dezembro de 2013). Há depósitos judiciais no montante de R$ 1.575 (2013 – R$ 2.626).

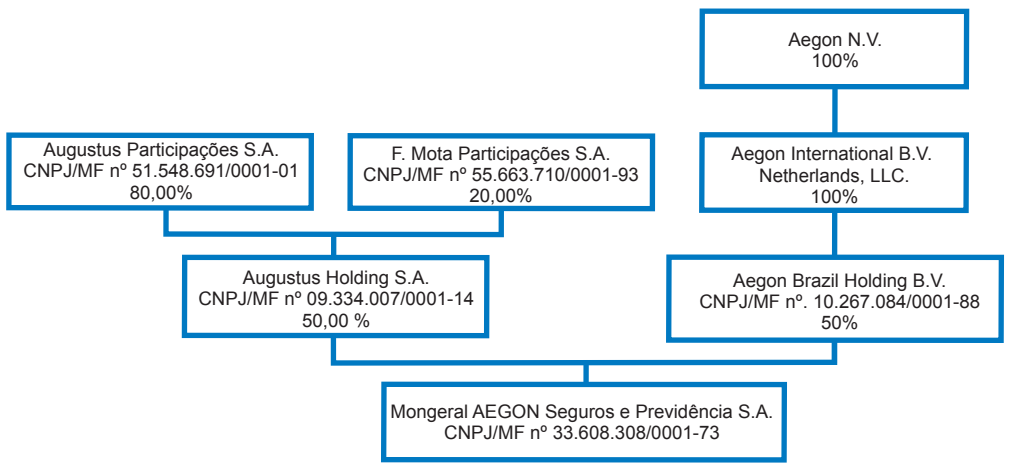
Trabalhistas
As ações trabalhistas, que somam o total de 49 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação. Há depósitos judiciais no montante de R$ 567 (2013 – R$ 484).

Benefícios
Existem 736 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 3% para causas remotas, 52% para as causas possíveis e 92% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral AEGON para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R$ 31.856 (R$ 29.353 em dezembro de 2013). Há depósitos judiciais no montante de R$ 6.918 (2013 – R$ 4.970).

18. Patrimônio liquido

(a) Capital social
Em 30 de junho de 2014, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 18.983.822 ações ordinárias sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de outubro de 2013, os acionistas da Seguradora deliberaram aumento do capital no montante de R$ 29.000, com a emissão 3.088.390 novas ações ordinárias, o qual foi aprovada pela SUSEP de acordo com Portaria n° 5948 de 18 de julho de 2014.

Organograma Societário – Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.



(b) Reservas
As reservas são compostas pela reserva de lucros, composta pela reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social.
A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhe deram origem são depreciados.
A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R$ 35.815, oriunda da incorporação da AEGON Brasil Holding Ltda, realizada em 18 de maio de 2011.

(c) Reversão proposta de dividendos
De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor.
Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013 os acionistas deliberaram sobre o total dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2012, onde foi aprovado que R$ 2.264, do total de dividendos propostos (R$ 4.284) deveriam ser reinvestidos na Companhia.

(d) Lucro por ação - básico e diluído
Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do semestre aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.
O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do semestre pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.
O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Numerador		
Lucro líquido do semestre	5.867	698
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	18.983.822	15.895.432
	0,31	**0,04**

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA, margem de solvência e exigência de capital

Descrição	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimônio líquido	196.313	190.708
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(1.220)	(675)
(-) Despesas antecipadas	(5.649)	(7.289)
(-) Intangível	(69.419)	(60.291)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	120.025	122.453
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	-	44.476
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	-	27.874
Margem de solvência (a)	-	44.476
Capital base - CB (b)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	101.231	95.733
Capital adicional de crédito - CAC	17.411	16.610
Capital adicional - CA (c)	113.007	106.864
Capital adicional de risco operacional - CARO	2.041	1.837
Capital mínimo requerido - CRM (c)	113.007	106.864
Patrimônio líquido ajustado	120.025	122.453
(-) Exigência de capital - EC maior entre (a),(b) ou (c)	113.007	106.864
Suficiência de capital - R$	7.018	15.589
Suficiência de capital (% da EC)	6,21%	14,59%

19. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)
O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	30 de junho de 2014 IRPJ/CSLL	30 de junho de 2013 IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos	16.970	8.199
Participação nos lucros	(6.946)	(5.706)
Base de cálculo	10.024	2.493
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	4.010	997
Diferenças permanentes	148	798
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	4.158	1.795

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações	5.032	2.958
Outros impostos a compensar	2.635	2.619
Total	7.667	5.577
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação	28.603	31.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias	4.035	3.311
Total	32.638	34.355
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias	643	672
Total	643	672

Adoção antecipada da Lei nº 12.973
No dia 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
As disposições previstas na MP convertida em Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia não antecipou a adoção e elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

20. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Indenizações avisadas	(43.338)	(35.134)
Indenizações DPVAT	(12.561)	(10.786)
Despesas com sinistros	(3.704)	(2.356)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(47.398)	(50.810)
Recuperação de sinistros	87	(165)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(8.760)	(7.017)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(1.510)	(1.291)
	(117.184)	(107.559)

(b) Resultado com operações de resseguro

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Repasse	(27.036)	(23.096)
Recuperação de sinistros	21.924	19.209
	(5.112)	(3.887)

(c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Receita com emissão de apólice	1.381	1.237
Despesas com cobrança	(1.417)	(1.262)
Despesas com administração apólice/contrato	(223)	(171)
Consórcio DPVAT	(399)	(355)
Prov. para risco de créditos duvidosos	228	(1.253)
Outras	(1.121)	1.116
	(1.551)	(688)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Despesas de corretagem e agenciamento	(52.889)	(46.678)
Despesas de custeamento de vendas	(3.583)	(3.426)
Despesas com serviços técnicos	(644)	(454)
Consultoria comercial	(14.063)	(10.232)
Campanha de venda	(4.938)	(3.773)
Marketing	(2.565)	(659)
Transporte de malotes	(1.007)	(523)
Treinamento e desenvolvimento	(890)	(668)
Outras	(881)	(488)
	(81.459)	(66.901)

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Serviço funeral	4.631	4.632
Receita com lucros na operação (IRB/ICATU)	-	94
Receita operacional com ressegurador	1.286	3.400
Receitas c/serviços de distribuição	448	13
Processos judiciais	235	(846)
Serviço funeral	(1.880)	(1.235)
Serviços assistências	(2.022)	(2.227)
Taxa de administração	(1.020)	(779)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(247)	(835)
Outras	-	(163)
	1.430	2.054

(f) Despesas administrativas

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Pessoal próprio	(63.428)	(53.971)
Serviços de terceiros	(9.413)	(8.497)
Localização e funcionamento	(20.243)	(16.437)
Publicidade e propaganda	(1.823)	(1.872)
Despesas com donativos e contribuições	(500)	(567)
Jornais e revistas	(123)	(103)
Publicações	(241)	(223)
Multas	(160)	(155)
Convênio DPVAT	(655)	(593)
Outras	(105)	(138)
	(96.691)	(82.556)

(g) Despesas com tributos

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Impostos	(528)	(409)
Contribuições	(9.691)	(8.485)
Taxa de fiscalização	(448)	(388)
Outras	(32)	(40)
	(10.700)	(9.322)

(h) Resultado financeiro

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Receitas financeiras	-	-
Títulos de renda fixa	506	241
Receitas com fundos de investimentos	28.064	9.333
Despesas financeiras	-	-
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(23.414)	(9.830)
Oscilação cambial	-	57
Outras	531	299
	5.687	100

(i) Resultado patrimonial

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Equivalência patrimonial	419	71
Amortização de ágio na transferência de carteira	-	(1.632)
Outras	(815)	(1.884)
	(396)	(3.445)

21. Aposentadorias e Pensões
A Seguradora efetuou contribuições de R$ 711 (R$ 2.301 em 31 de dezembro de 2013) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R$ 361 (R$ 383 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com os requerimentos da CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

22. Outros assuntos
a) Participações societárias referem-se aos investimentos nas empresas Data A Soluções em Previdência Ltda., Mongeral AEGON Investimentos Ltda. e Mongeral AEGON Administração e Negócios Ltda., contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No semestre findo em 30 de junho de 2014, o resultado de equivalência patrimonial sobre esse investimento foi de R$ 419 (2013 – R$ 71), representado pelo lucro dessas empresas no semestre.
b) Despesas antecipadas referem-se principalmente a contratos com parcerias comerciais e contratos de locação.
c) Ajuste de exercício anterior no patrimônio líquido refere-se à conciliação realizada em março de 2014 na conta de depósitos judiciais com as respectivas guias na fiscalização da SUSEP de data base de dezembro 2013.
d) A despesa incorrida no semestre findo em 30 de junho de 2014 com a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R$ 8.434 (30 de junho de 2013 - R$ 8.552). Não há outras transações efetuadas com parte relacionadas da Seguradora.

Helder Molina Diretor Presidente	**José Carlos Gomes Mota** Diretor
Nuno Pedro Correia David Diretor	**Osmar Navarini** Diretor
Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior Diretor	**Luiz Claudio do Amaral Friedheim** Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068	**Marcelo da Motta Abreu** Contador - CRC RJ 096032/O6

CONTINUAÇÃO

MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial dos Planos de Previdência Complementar Aberta e Seguros garantidos pela **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A**, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas dos planos de benefícios avaliados.

Os recálculos das provisões técnicas, assim como os cálculos referentes aos demais itens da avaliação e as respectivas verificações tiveram por base as informações e os dados cadastrais, que depois de submetidos à crítica e à devida consistência, foram considerados adequados.

A Avaliação Atuarial foi elaborada separadamente por cada ramo ou plano/benefício da Seguradora, sendo analisada cada provisão técnica. Foram verificados que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas bases técnicas dos planos, devidamente aprovadas pelo órgão responsável, foram atendidos. Para a data desta publicação, não há constituição de Provisão de Insuficiência de Contribuições, Provisão de Insuficiência de Prêmios e Provisão Complementar de Prêmios, devido às mesmas terem sido extintas e seus saldos revertidos integralmente no mês de Março de 2013, com base na Circular SUSEP 462/2013.

Através da análise dos ativos e passivos da Seguradora, de acordo com os resultados da referida avaliação atuarial, cumpre-nos certificar que, em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas estão adequadas ao cumprimento das obrigações atuais e futuras assumidas nos respectivos planos de benefícios.

Este Parecer é parte integrante do Relatório Atuarial da Avaliação.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2014.

Luiz Claudio do Amaral Friedheim
Diretor Responsável Técnico

Nelson Emiliano Costa
Atuário Responsável Técnico - MIBA 1068

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos administradores e acionistas
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de serem causados por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2014, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos comparativos

Os exames das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2013 e do exercício findo em 31 de dezembro 2013, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria datados de 22 de agosto de 2013 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente, sem ressalvas. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2014

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0